

ANTHONY J. LISSKA, *Aquinas's Theory of Perception: an Analytic Reconstruction*, Oxford University Press, Nova Iorque, 2016; 566 pp.; ISBN 98-0-19-877790-8.

A presente obra de Anthony Lisska é um estudo sobre as teorias da percepção em Tomás de Aquino, centrado em duas obras principais de Tomás de Aquino: o *Comentário ao De Anima de Aristóteles* e a *Suma de Teologia*. Lisska comenta ainda excertos de obras de outros autores da mesma área de pensamento, ou seja, da filosofia do tomismo analítico. O autor pretende com esta obra, construir uma nova abordagem da faculdade cogitativa em Tomás de Aquino, o que traria consigo um outro compromisso em relação ao processo de abstracção, que passaria a depender da memória e que relacionaria de modo mais próximo a faculdade cogitativa ao intelecto agente.

A faculdade cogitativa representa para Anthony Lisska uma ponte que ligaria o conhecimento meramente sensível ao conhecimento intelectual e, neste caso, teríamos a considerar o incontornável papel da memória e da abstracção nessa ligação. O autor compara a faculdade cogitativa nos seres humanos à faculdade estimativa nos animais, mas a faculdade cogitativa tem de ser mais do que isso, em nós humanos, para desempenhar o papel de tal ligação.

Sendo assim, é através da distinção entre os sentidos externos e a consciência, operada pela faculdade cogitativa, que Tomás pode sublinhar a distinção entre sensação e percepção. Ele também sublinha que os quatro sentidos internos do *sensus communis*, imaginação (*vis imaginativa*), *vis cogitativa* (*vis aestimativa* nos animais) e a memória sensível (assim lhe chama Lisska) ou *vis memorativa*, são necessários em ordem à relação entre conhecimento sensível e consciência perceptiva. Na interpretação que Lisska faz da teoria da percepção sensível de Aquino, o sentido interno (*the inner sense*) do ser humano poderia ser identificado com a faculdade cogitativa. A função da faculdade cogitativa seria fornecer consciência do objecto incidental dos sentidos (*incidental object of sense*) através de uma estrutura inata, objecto esse que é a substância primária (*the individual*) de um certo tipo na teoria da realidade de Tomás de Aquino. Há aqui espaço para um certo inatismo o qual, no entanto, se resume a essa estrutura porque não há aqui lugar para ideias inatas à maneira de Descartes.

Ao longo desta obra, o autor procura encontrar uma definição convincente da faculdade cogitativa e, deste modo, na pág. 371, afirma que esta não mais é do que uma faculdade sensível através da qual o ser humano percipiente (*perceiver*) toma consciência do indivíduo (*individual*) enquanto indivíduo, isto é, como um *concretum*. A faculdade cogitativa é, de uma maneira ou de outra,

muito importante para a teoria da percepção do filósofo medieval. Nos seres humanos, o que está imediatamente acima da memória é a experiência – com tudo o que de discutível esta afirmação tem em termos epistemológicos – de que alguns animais apenas dispõem em pequeno grau porque uma experiência surge da associação de muitas formas (intenções) recebidas na memória. E este tipo de associação é próprio de um ser humano que conhece, razão pela qual pertence à faculdade cogitativa, que também é por vezes chamada, sempre segundo a interpretação que Lisska faz de Tomás de Aquino, razão particular. Por cima da experiência (da razão particular), está uma razão universal através da qual vivemos.

O aparato sensorial interno (*internal sensorium*, na expressão de Lisska), devido à importância da faculdade cogitativa, é um processo activo que interpreta estruturalmente o conjunto das sensações recolhidas que são anteriormente unificadas no aparato sensorial externo (*external sensorium*). Mais uma vez, sublinha Lisska, a faculdade cogitativa é essencial ao processo interno de interpretação das sensações.

De acordo com Tomás de Aquino, o intelecto agente está, em si, sempre a agir, mas os “fantasmas” nem sempre são inteligíveis, a não ser quando intervêm em função do intelecto agente. Por sua vez, eles estão assim dispostos através da acção da faculdade cogitativa – e está em nosso poder dispor desta ou não.

No âmbito do conhecimento sensível, de que a *vis cogitativa* se serve, as quatro categorias consideradas por Tomás de Aquino, no entender de Lisska, – disposições, faculdades, actos e objectos – são condições necessárias para a consciência de qualquer tipo, ou não fosse esta uma reconstrução analítica da teoria da percepção daquele tipo de conhecimento.

Um dos princípios teleológicos, em expressão de Lisska, ou um dos objectivos desta sua obra, é proporcionar uma análise profunda, embora crítica, do sentido interno sob a perspectiva geral da teoria da sensação e da percepção. Segundo Sheldon M. Cohen, um dos medievalistas analíticos seguidos por Lisska, Tomás de Aquino defenderia que a recepção imaterial de uma forma na sensação é um processo físico redutível, o que demonstra, entre outros aspectos, que Tomás de Aquino não é um fisicalista.

Tomás de Aquino também não é um fisicalista porque ele defende que o intelecto possível é capaz de auto-reflexão e isto se deve à imaterialidade ou espiritualidade desta faculdade. Dito de outro modo, ela não está ligada ontologicamente a nenhum órgão fisiológico.

A faculdade cogitativa, anteriormente analisada e agora no que toca à sensação, fornece uma consciência do *concretum* individual como um particular

subsistente. Esta, segundo Lisska, é mais do que o feixe de sensações comum a todos os modelos empíricos da percepção que foram evoluindo desde Locke e Berkeley, passando por Hume e até Stuart Mill e ao séc. XX.

A teoria cognitiva de Tomás de Aquino situa-se dentro da tradição naturalista e, desta forma, para ele, o pensamento e a percepção são actividades humanas dependentes de respostas cognitivas às influências do ambiente exterior. A sua teoria da percepção rejeita o representacionalismo à maneira de Descartes e, por isso, segundo Lisska, Tomás de Aquino defende que, se os objectos da inteligência e da ciência fossem meros estados mentais, daí resultaria que a ciência não lidaria com coisas não-mentais, mas meramente com impressões da consciência.

A sua teoria da sensação e da percepção, cuja análise por Lisska é a parte fundamental desta sua obra, implica um realismo epistemológico. Assim, na *Suma de Teologia, Suplemento a III, questão 82 a.3*, o filósofo medieval afirma que nós nunca dizemos que os loucos ou outras pessoas destituídas (nas quais há um fluxo de espécies para os órgãos dos sentidos devido à influência fortíssima da imaginação) têm sensações reais, mas a eles parece-lhes óbvio que eles têm essas sensações.

Segundo Lisska, Tomás de Aquino faz lembrar os filósofos da linguagem comum de meados do séc. XX quando rejeita a possibilidade de *sense data* (feixes de sensações), rejeitando conseqüentemente de forma categórica o problema do possível engano pelo sonho, de cariz cartesiano. Isto não quer dizer que o intelecto não desempenhe um papel relativamente autónomo no processo do conhecimento. Através de disposições ontológicas, Tomás de Aquino oferece uma explicação daquilo a que Roderick Chisholm – filósofo lembrado por Lisska nesta sua obra – chama essa característica engraçada que todos os seres conhecedores possuem. Anthony Kenny, também citado por Lisska, defende mais ou menos a mesma coisa, «um rato pode ver e distinguir um círculo de um triângulo, mas em nenhum momento o seu repetido avistamento de diagramas fará dele um estudante de geometria. A capacidade especificamente humana de adquirir conceitos complexos a partir da experiência e de alcançar verdades geométricas presentes em diagramas será talvez aquilo que o filósofo medieval tem em mente quando fala em intelecto agente» (Anthony Kenny, “Intellect and Imagination in Aquinas”, in Kenny (ed.), *Aquinas: A Collection of Critical Essays*, Garden City, NY: Doubleday Anchor, 1969, p. 279, nossa tradução).

Ainda no que toca aos sentidos internos, Tomás de Aquino dá por adquirido que o *phantasma* é o veículo através do qual os actos mentais do aparato sensorial interno se distinguem dos actos mentais do aparato sensorial externo. Relembrando que estamos a analisar o que Lisska transmite nesta obra, temos

que é vital a existência de uma faculdade sensível interna adicional, a que o filósofo medieval se refere como a *phantasia* ou a imaginação. Esta faculdade retém a complexidade da impressão que foi percebida como um todo unificado pelo sentido comum. Robert Pasnau, um dos medievalistas analíticos abordados por Lisska, considera que os fantasmas, para Tomás de Aquino, são as imagens ou as representações produzidas pela *fantasia* (imaginação). De acordo com Simon Kemp – um comentador de Pasnau lembrado por Lisska – Pasnau defenderia que os “fantasmas” pertencem ao sentido comum (*sensus communis*).

Numa discussão que é reacendida na obra de Lisska em resposta a outros autores, na *Suma de Teologia* e de acordo com o mesmo Lisska, Tomás de Aquino defenderia que é na *imaginatio* que a imagem composta da “montanha de ouro” é formada e não, como Simon Kemp sugere, na faculdade cogitativa. Anthony Kenny, por seu lado, e que está, não raras vezes, preocupado com o facto de Tomás de Aquino nunca ter explicitado a definição de fantasma, afirma que, em todas as ocasiões, lhe parece certo que ele não quer reduzir a definição de fantasma simplesmente a uma imagem mental. A Lisska também parece certo afirmar que pelo menos dois usos correntes de *phantasia* ocorrem na obra do filósofo medieval. Assim, na *Suma de Teologia*, *phantasia* remete apenas para a faculdade da imaginação. No entanto, no *Comentário ao De Anima*, o termo *phantasia* é normalmente usado como termo genérico que remeteria para todas as faculdades do aparato sensorial interno, tais como a imaginativa, a cogitativa e a *memorativa*. Para Pasnau, a *phantasia* é uma faculdade do sentido interno com duas funções bastante precisas. Primeiro, ela conserva as impressões sensoriais precedentes e, segundo, ela cria imagens novas juntando essas formas sensíveis de maneiras diferentes. Depois, segundo Lisska, é preciso observar que o fantasma não pode ser, de modo nenhum, reduzido a um *sense datum*, ou seja, a um feixe de sensações porque este tipo de perspectiva sobre a percepção exige que um *sense datum* tenha necessariamente uma relação com os sentidos externos.

Na teoria da percepção de Tomás de Aquino, de acordo com Lisska, existe uma outra confusão para além da ambiguidade do termo *phantasia* que, no entender do autor, vem a lume várias vezes: é a suposta conexão entre os termos latinos *similitudo* e *imago*. A imagem supõe semelhança de espécies ou a semelhança de um sinal específico em corpos, e esse sinal específico pode corresponder a uma figura. A imagem (*imago*) não só se assemelha ao original como *similitudo*, mas também advém necessariamente da entidade original (o modelo). Ainda no que diz respeito à sua teoria da percepção, Tomás de Aquino, seguindo Aristóteles, recusar-se-ia a admitir a existência de um vazio. Isso não o impede, naturalmente, de aceitar uma teoria causal da percepção.

Para finalizar a análise deste ponto, Lisska realça três aspectos agora relativos à sensação propriamente dita. Primeiro, o que é necessário é que o ser que conhece se relacione activamente com a espécie sensível e que a captação desta seja suficiente para ter a consciência sensível dessa espécie. Segundo, como Anthony Kenny defende, lembrado pelo autor, Tomás de Aquino está seguramente correcto ao insistir em dizer que a melhor forma de entender a natureza de um sentido é começar por olhar para os objectos que estão sob a sua alçada. E em terceiro lugar, as qualidades secundárias das coisas não dependem da mente, mas permanecem nas próprias coisas.

Como antes referimos, a teoria da percepção de Tomás de Aquino vai para além daquilo a que Anthony Lisska chama os modelos representacionistas de Descartes e de John Locke. Lisska associa Tomás de Aquino ao empirismo, às teorias da percepção do naturalismo que tomaram corpo nos escritos de Thomas Reid e James Gibson, ao realismo directo, às teorias causais da percepção e à sua própria teoria da verdade. Tomás de Aquino é considerado um empirista em primeiro lugar porque o seu realismo ontológico (acesso directo às coisas do mundo exterior) não inclui entidades subsistentes que se assemelhariam a essências situadas para além do contínuo espaço-tempo à maneira do platonismo clássico e, em segundo lugar, Tomás de Aquino pode ser rotulado de empirista porque ele adopta a velha máxima epistemológica *Nihil est in intellectu quod non prius fuerit in sensu* (Não há nada no intelecto que não tenha estado nos sentidos). A forma como o filósofo lida com esta proposição deve ser tida em linha de conta, no entanto, ele estaria de acordo com a versão de Leibniz da máxima atribuída a John Locke: *Nihil est in intellectu quod non prius fuerit in sensu, nisi intellectus ipse* (Nada há no intelecto que não tenha estado nos sentidos, excepto o próprio intelecto). Esta revisão leibniziana da máxima lockeana abre a porta a um tipo de intelectualismo caro a Tomás de Aquino, embora mitigado, obviamente.

Em muita filosofia da mente contemporânea há um conflito entre duas posições quase radicalmente opostas: o representacionismo cartesiano e a psicologia cognitiva e naturalista. A teoria de Tomás de Aquino insere-se na tradição naturalista. Ele adopta também, segundo Lisska de forma correcta, o realismo directo e não o representacionismo. Ele é, sobretudo, um realista epistemológico e ontológico e um exteriorista (ou externalista se quisermos). Desde o aparecimento da ciência moderna que, se quisermos falar em conhecimento, temos de ter em conta diferentes entidades que se interpõem entre as nossas mentes e os objectos do mundo exterior. Contudo, não é preciso ser um representacionista para defender uma teoria causal da percepção. Embora Tomás

de Aquino defenda uma teoria causal da percepção, nada o impede de alinhar por uma posição de realismo directo e de aceitação de um realismo ontológico que, por sua vez, é uma posição que admite uma estrutura pré-existente na realidade que é independente da mente.

Do ponto de vista epistemológico, como o filósofo Gilbert Ryle defende e de acordo com Lisska, Tomás de Aquino presta atenção à principal consequência do representacionalismo: se é impossível ir além dos estados mentais, então é impossível conhecer o mundo exterior. Anthony Kenny, por seu turno, defende que a perspectiva tomista se situa entre os empiristas, para quem as ideias advêm apenas da experiência, e os racionalistas, para quem é possível defender a existência de ideias inatas. E Tomás de Aquino bem poderia identificar-se com os idealistas quando sublinha que os universais que a mente utiliza para conceptualizar a experiência não têm existência fora da mente.

Segundo Lisska, é correcto afirmar-se a existência de um realismo metafísico tomista. O autor serve-se de Fergus Kerr para salientar que Tomás de Aquino pode ser intitulado como um aliado na luta, que é ainda importante na filosofia moderna, para libertar os filósofos da concepção segundo a qual aquele que conhece não pode ter nada melhor do que um conhecimento indirecto do que quer que seja, o que significa (em termos kantianos) que o mundo tal qual nos aparece pode não ser o mundo tal qual é em si e por trás, ou sob essa aparência.

Para terminarmos este ponto ainda temos de analisar o que Aquino entende por verdade, na perspectiva de Lisska. A natureza da verdade encontra-se primeiro no intelecto quando o intelecto começa a adquirir alguma coisa adequada à sua natureza e que não é parte das coisas exteriores à alma, embora lhes corresponda, de tal forma que entre os dois – o intelecto e a coisa – pode ser estabelecida uma conformidade. Esta conformidade corresponderia à verdade epistemológica ou formal, a verdade ontológica ou metafísica corresponderia à relação que se estabelece entre um modelo no Intelecto Divino e os exemplares ou instâncias desse modelo no mundo material.

Esta obra de Anthony Lisska tem a virtude de despertar a atenção do leitor para uma interpretação inovadora da teoria da percepção em Tomás de Aquino. De facto, uma teoria da percepção não poderia esquecer o papel determinante da sensação em qualquer tipo de epistemologia ou de ontologia. Lisska também não descarta este pormenor através do papel inovador que atribui à faculdade cogitativa no processo de conhecimento e no qual ela desempenharia três funções. Em primeiro lugar, a cogitativa serviria de elo de ligação entre os conhecimentos sensível e intelectual. Em segundo lugar, ela corresponderia à capacidade de associação das diferentes formas (intenções) recebidas na memó-

ria e, finalmente, em terceiro lugar, seria uma faculdade essencial à interpretação das sensações. No entanto e do nosso ponto de vista, o papel concedido à faculdade cogitativa por Lisska poderá ser exagerado uma vez que as funções cognitivas que são atribuídas à mesma poderão ser excessivas. Outro aspecto inovador desta obra é o papel atribuído à *phantasia* ou à imaginação no processo de conhecimento. Para Lisska, embora a imaginação não possa ser confundida com a memória, ela reteria a complexidade da impressão que foi percebida como um todo unificado pelo sentido comum. Para Robert Pasnau, que Lisska cita, na doutrina sobre o papel dos «fantasmas» no conhecimento, os «fantasmas» pertenceriam ao sentido comum. Por seu turno, para Anthony Kenny, Tomás de Aquino não pretende reduzir a noção de fantasma a uma imagem mental e o que é certo é que ele não o faz no *Comentário ao De Anima*, onde essa noção abarcaria as faculdades imaginativa, cogitativa e memorativa. Outro aspecto relevante desta obra de Lisska, e na linha da sua corrente de pensamento, embora nesta sua obra de uma forma mais desassomburada, é o facto de associar o pensamento de Tomás de Aquino a correntes filosóficas aparentemente díspares, mas que no autor medieval poderão fazer sentido. Deste modo, ele associa-o ao empirismo, ao naturalismo, ao realismo directo, às teorias causais da percepção e à sua própria teoria da verdade, como, de resto, já tivemos ocasião de mencionar anteriormente. Finalmente, esta obra evidencia a actualidade de algumas posições filosóficas do filósofo medieval (epistemológicas, ontológicas ou antropológicas) e, deste modo, faz jus à afirmação cartesiana de que o bom senso é o bem mais bem distribuído do mundo. É-o no presente, assim como foi no passado e, nomeadamente, ao tempo de Tomás de Aquino, erradamente catalogado pelo senso comum como Idade das Trevas.

José Avelino da Costa  
(Faculdade de Letras da Universidade do Porto.  
Via Panorâmica s/n, 4150-564 Porto)